RELAP - Revista Latinoamericana de Población
Vol. 20: e202615
https://doi.org/10.31406/relap2026.v20.e202615
ISSN digital: 2393-6401

Trajetórias de imigrantes mazaganistas (1769-1778) e aplicação de questionários aos mortos: um ensaio metodológico

Trajectories of Mazaganist Immigrants (1769-1778) and the Application of Questionnaires to the Dead: A Methodological Essay

Antonio Otaviano Vieira Junior
otaviano@ufpa.br
ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4785-1529
Universidade Federal do Pará, Brasil

Allan William Lebrego da Costa
allan.costa@ifch.ufpa.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0003-9856-7514
Universidade Federal do Pará, Brasil

Maycom Cristyan Leal de Araujo
maycom.araujo@ifch.ufpa.br
ORCID: https://orcid.org/0009-0004-6262-7412
Universidade Federal do Pará, Brasil

Resumo

O artigo apresenta uma descrição metodológica cujo objeto é a imigração de 2.000 pessoas entre a África e a Amazônia, no período de 1769 a 1778. O que dialoga diretamente com investigações acerca da imigração na América Latina contemporânea, com a Demografia Histórica e com os estudos de *Life Course*. Assim, um conjunto de documentos históricos do século XVIII serviu como base para o preenchimento de questionários individualizados por domicílio e por pessoa de referência em uma vila essencialmente composta por imigrantes. Detalharemos o grupo de imigrantes investigado, as fontes utilizadas, a composição de bases de dados e, por fim, faremos uma breve análise priorizando mulheres mazaganistas que chefiavam domicílios.

Palavras-chave

Amazônia
Imigração
Metodologia
Século XVIII

Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons Reconocimiento-No Comercial 4.0 Internacional

Abstract

The article presents a methodological proposal focused on the study of the migration of 2.000 people between Africa and the Amazon between 1769 and 1778. This approach engages directly with contemporary research on migration in Latin America, Historical Demography, and Life Course studies. To this end, a set of eighteenth-century historical documents served as the basis for completing individualized questionnaires organized by household and by reference person in a village composed predominantly of immigrants. The article details the immigrant group under investigation, the sources employed, the construction of databases, and finally offers a brief analysis emphasizing Mazaganist women who headed households.

Keywords

Amazon
Migration
Methodology
18th Century

Enviado: 04/05/26

Aceptado: 02/09/26

Apresentação da proposta

Ao longo do nosso estudo sobre imigração de Marrocos para a Amazônia,[1] na segunda metade do século XVIII, nos deparamos com diversas fontes históricas que marcavam nominalmente a presença de indivíduos em diferentes momentos do processo de deslocamento. O que nos obrigou a pensar numa metodologia de pesquisa para articular o conjunto de informações dispostas na documentação à tentativa de compreender o impacto da imigração na vida dos sujeitos investigados. Nesse sentido, nosso artigo tem como objetivo apontar a possibilidade de diálogos entre metodologias utilizadas no estudo de populações no presente com análises históricas. O esforço é direcionado para a compreensão de como um grupo de pessoas com diferentes marcadores sociais e trajetórias de vida reagiu a uma mesma experiência imigratória. Avançamos no sentido de perceber imigrantes em movimentos concretos para além de análises sem personagens, de produzir uma história das populações do passado que seja marcada pelos nomes dos sujeitos e não apenas pelos números.

Para tanto, procuramos aliar três perspectivas: a primeira é uma análise já utilizada pela Demografia Histórica e direcionada fundamentalmente

1 Apesar do anacronismo na utilização do termo Amazônia para o século XVIII, o cometemos para uma melhor compreensão da localização da capitania do Grão-Pará que era ao norte da América sob o controle lusitano e fazendo fronteira com a Guiana Francesa.

para o estudo de estruturas familiares e de domicílios, indo além da família biológica e dos registros paroquiais de eventos vitais, cujo fio condutor era listagens de habitantes e o cruzamento de fontes (Laslett, 1969). Os resultados da investigação pioneira de Peter Laslett foram sedimentados numa ampliação e mudança significativa do *corpus* documental utilizado – quando comparado a Demografia Histórica francesa[2] – que incluiu censos, listas de impostos, lista de eleitores e róis de confessados (Scott, 2013, p. 5). Entretanto, o foco da análise não era a imigração, nem a trajetória de indivíduos específicos nas suas interfaces com movimentos migratórios ou a valorização de um recorte longitudinal (diferentes momentos do processo). O foco nas trajetórias de indivíduos, e não apenas do grupo, exige estratégias específicas tanto para coletar quanto para organizar as informações, daí nossa necessidade de dialogar com outra metodologia.

A segunda perspectiva é a metodologia de pesquisa desenvolvida especificamente para os estudos imigratórios e baseada em "etnocuesta", "que recopila información sobre processos migratorios a través de la combinación de una encuesta con representatividad estadística que utiliza estrategias de campo antropológicas, sociológicas y demográficas" (Nájera, 2025, pp. 15-16). O diálogo começou a ser pensado em 2024 ao participarmos do XI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Población (ALAP), onde tivemos oportunidade de conhecer o LAMP-E-NIR, Proyecto sobre Migración Latinoamericana (LAMP)-Etnoencuesta de Inmigración Reciente en Contextos de Acogida Latinoamericanos (ENIR),[3] cujo objetivo é estudar a imigração no contexto do país destino, enfatizando o processo de "transição" e adequação dessa população: "Es una técnica de método múltiple de recolección de datos que aplica simultaneamente los métodos etnográficos y de encuesta dentro de un solo estudio" (Nájera, 2025, p. 17). No mesmo ano passamos a fazer um exercício de investigação histórica, tentando adaptar a metodologia baseada no preenchimento de questionários a partir da recolha presencial

2 Resumir a família as relações biológicas foi um dos limites apontados nos estudos de Reconstituição de Famílias proposto por Louis Henry e Michel Fleury, autores pioneiros dos estudos de Demografia Histórica.

3 Iniciativa de colaboração entre investigadores de El Colegio de México, Brown University, Princeton University, Universidad de Guadalajara e Universidad de la República de Uruguay, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para maiores detalhes cf: https://mmp-lamp.colmex.mx/

de depoimentos (LAMP-ENIR) à análise de uma população de imigrantes que desembarcou na Amazônia no século XVIII.

Esse esforço entrava em sintonia com o conjunto de aspectos que buscamos compreender sobre a presença mazaganista[4] no Grão-Pará (no norte da Amazônia) entre os anos de 1769-1778, destacando como o processo de imigração significou a redefinição, ou a "transição", na vida desses indivíduos. Avançamos na perspectiva de buscar aliar a análise de trajetórias de vidas à composição de perfis demográficos. O diálogo com o LAMP-ENIR foi baseado no fato dessa metodologia ser direcionada para os estudos migratórios, usar questionários etnográficos (etnoencuesta), montar base de dados com diferentes aspectos da vida dos imigrantes e possibilitar a análise de suas histórias de vida. Soma-se a esses aspectos o fato de ter como foco o domicílio dos imigrantes no país destino e não no local de partida, uma virada metodológica em relação ao Proyecto sobre Migración Mexicana (MMP - sigla em inglês) que foi iniciado no ano de 1987 e tinha como um dos pontos centrais a necessidade de amostras de imigrantes em sua terra de origem (Nájera, 2025, p. 18).

A terceira perspectiva do nosso horizonte metodológico é a proposta de Jan Kok ao destacar os estudos baseados em *Life Courses* como paradigma analítico para a História da População. O que nos faz não resumir as análises populacionais aos regimes demográficos e processos de grandes escalas, mas as compreender na associação entre as ofertas demográficas com as escolhas e destinos individuais. Esses estudos avançam na busca dos processos de formação da família e bem-estar que abrangem diferentes tempos de vida e podem ser seguidos ao longo de gerações (Kok, 2007). Como sugerido por Jan Kok, o interesse renovado no movimento da história e na complexa interação entre o indivíduo e os processos sociais levou ao renascimento da abordagem voltada as trajetórias de vida, sem implicar na rejeição à análise quantitativa. A abordagem é essencialmente um dispositivo de interpretação para se estudar a interação entre a vida individual e social. É uma maneira de conceituar vidas dentro dos contextos de famílias, sociedade e tempo histórico. Isso significa considerar o mesmo indivíduo em momentos diferentes, em nosso caso em fases diferentes relacionadas ao processo

4 O termo "mazaganista" refere-se aos moradores da fortaleza de Mazagão, tendo ou não lá nascido.

imigratório: embarque, destino e fixação. Através do *Life Course* tais fases são consideradas na sua relação com as fases da vida do imigrante, "posição". A "posição" pode ser estado conjugal, paternidade, ocupação, residência, idade... Uma mazaganista, por exemplo, que chega ao Grão-Pará solteira tem uma "posição" diferenciada quando comparada a uma imigrante casada e com filhos. Após a chegada tais indivíduos mudam de "posição", essa mudança é chamada de "transição". Nesse sentido, o *Life Course* nos possibilita investigar as constâncias e singularidades associadas às "transições" dos imigrantes e suas inter-relações com o meio no qual estavam inseridos (Kok, 2007, p. 204).

Cabe uma ressalva: o estudo de *Life Course* se diferencia de análise de Ciclo de Vida Familiar por não resumir o indivíduo à sua posição na família, compreendendo-o em múltiplas faces do existir. Essa diferenciação é fundamental para nossa análise, pois justamente nos aproxima dos imigrantes que partiam muitas vezes de maneira solitária e/ou mudavam de família, adquirindo "posições" diferentes em diferentes grupos familiares. Na nossa pesquisa o indivíduo passa a ser o fio condutor da investigação, o que não significa a ausência de interfaces com seu lugar na família e nos arranjos domiciliares.[5]

O estudo de *Life Course* vai ao encontro do que pontuou o historiador italiano Carlo Ginzburg: reconstituições micro-históricas estão ligadas às dúvidas de processos macro-históricos (Ginzburg, 1989, p. 172). Ao pensarmos historicamente a configuração do Império lusitano e o esforço de modelamento de uma política para a Amazônia colonial podemos ter novos matizes analíticos, principalmente quando consideramos múltiplas possibilidades populacionais na região. A política de ocupação e exploração amazônica desenvolvida no reinado de D. José I, baseada fundamentalmente numa agricultura exportadora, na inserção de imigrantes, na transformação do indígena em vassalo e na inserção de mão-de-obra escravizada africana,[6] encontrou obstáculos na sua concre-

5 A própria Demografia Histórica, com Louis Henry, ganha contornos mais definidos ao valorizar os arranjos familiares para pensar a constituição das populações no passado pré-estatístico (Moura Filho, 2015).

6 Destacamos que essa mão de obra de origem africana também é fruto de um processo de deslocamento, uma imigração compulsória que em março de 2026 foi considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) como o maior crime cometido contra a humanidade.

tização e no seu desenvolvimento. E o estudo das variações populacionais internas ao Grão-Pará pode auxiliar a compreensão dos desdobramentos desses obstáculos e as repercussões da chegada de contingentes populacionais, como os mazaganistas.

Esboça-se a partir de tais reflexões nossa intenção de avançar sobre o impacto da imigração na vida dos mazaganistas, tendo como eixo principal aspectos demográficos, a saber: gênero e chefia de domicílio, conjugalidade, ocupação, composição do domicílio, posse de escravizados e elementos de distinção social. O recorte temporal da análise se restringe ao período de evacuação da fortaleza de Mazagão em Marrocos em 1769 e a elaboração de uma contagem detalhada da população da capitania, o "Mapa das Famílias das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro"[7] em 1778. Embora nossos sujeitos históricos não nos permitam uma entrevista presencial, temos a possibilidade de trabalhar com uma vila do século XVIII cujos domicílios são compostos na sua grande maioria por mazaganistas. Desaguamos na composição de bases de dados não a partir de questionários presenciais, mas, de um conjunto de fontes demográficas e administrativas que vinculam informações sobre tais indivíduos.

Mas quem eram os mazaganistas?

Os mazaganistas eram moradores e/ou naturais da fortaleza de Mazagão, que foi erguida no ano de 1514 em Marrocos sob o empenho da Coroa portuguesa em dominar o litoral africano. Sua construção estava associada à necessidade de criação de entrepostos comerciais para provimento das naus lusitanas que procuravam contornar o continente rumo as especiarias do Oriente, e escoar a produção do trigo produzido na região de Dukkala (Marrocos) com objetivo de abastecer Portugal (Paula, 2025). Outras fortalezas lusitanas foram erguidas na região, como Azamor, Safim, Aguz, Morgador, Guer e Bem Mirão. O conjunto de fortalezas era signo da importância econômica do comércio oriental para o Império português, que ao longo do século XVII iria enfrentar intensa concorrência por parte da Holanda, e em menor escala da Inglaterra, como também o fortalecimento de poderes locais no Japão, na Pérsia, na Índia e a expansão do Império Mongol (Costa, 2014, pp. 176-177).

7 Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509

Mazagão foi a fortaleza com maior longevidade, sendo desativada somente em 1769. Sua composição populacional não era homogênea, a fortaleza foi inicialmente habitada por uma população de origem lusitana, mas, ao longo dos anos se pluralizou e assistiu a divisão entre os que lá residiam há gerações, compondo parte de uma elite local, e os presentes de maneira temporária. Os temporários eram militares prestando serviço por no máximo quatro anos (fronteiros) ou degredados cumprindo penas impostas pela Coroa ou pelo Tribunal do Santo Ofício. Os habitantes tinham diversificadas origens incluindo açorianos e "comunidades não portuguesa, fossem árabes, berberes, judeus ou comerciantes de várias nacionalidades" (Paula, 2025). Ressaltamos que não se pode compreender a população da fortaleza sem considerar a multiplicidade da origem, de lugares sociais e dos motivos da presença de seus habitantes. Degredados, soldados destacados temporariamente, famílias há gerações estabelecidas, escravizados, açorianos e comerciantes de diferentes nacionalidades conviviam num espaço cercado por muros e em constante prontidão militar. Os mazaganistas ao longo do tempo reinventaram suas identidades e práticas culturais, e, embora servissem ao rei de Portugal, tinham necessidades e cotidianos que muitas vezes os distanciavam do reino.

Baseada num conjunto de mudanças geopolíticas associadas a um novo sentido do norte da África para o Império lusitano, em 1769 partiu de Lisboa a ordem de evacuação da fortaleza de Mazagão, fruto da reação portuguesa ao cerco militar e ao desinteresse econômico da Coroa por Marrocos. Após o sítio imposto pelo Sultão Sidi Mohamed ben Abdellah mais de duas mil pessoas abandonaram de maneira compulsória a última fortaleza de origem portuguesa em Marrocos. O cenário que instigou esse movimento foi resultado de um processo fortalecido por diferentes razões: o combate a presença lusitana e hispânica na África, a tentativa de enfrentar a expansão do poder otomano e a efetivação da dinastia Alawis no comando político centralizado em Fez (Hourani, 1994, p. 251). Diante da superioridade do poderio militar do Sultão, o então rei português D. José I, em 1769, ordenou a evacuação de toda a população da fortaleza. Os mazaganistas embarcaram no dia 11 de março de 1769 distribuídos numa armada composta por 14 embarcações que ancorou em Lisboa no final do mês (21 a 24 de março). Entretanto, no mesmo ano, os mazaganistas enfrentaram um novo deslocar compulsório; dessa vez de Lisboa para a cidade de Belém do Grão-Pará, localizada no

norte da América sob o domínio lusitano, onde desembarcam em janeiro de 1770.[8]

Mas, Belém ainda não seria o último destino, a Coroa havia idealizado mais uma transferência dessa população, agora para vila em construção e encravada na floresta, nas proximidades do delta do rio Amazonas, cujo nome fazia lembrança ao processo imigratório, homônima à fortaleza chamava-se Vila de Mazagão, ou Nova Mazagão. O deslocamento dos mazaganistas para o norte da Amazônia estava atrelado ao empenho lusitano em fortalecer e colonizar as fronteiras sob domínio português, em especial pela proximidade da Guiana Francesa. O governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão João Pereira Caldas lembrava, em 1779, a utilidade da presença de mazaganistas para "a defesa e segurança da Barreira do Macapá contra os vizinhos franceses".[9] A sua fala apontava para tensões macropolíticas que orbitavam as bordas setentrionais da América lusitana desde o século XVII: a invasão francesa ao Maranhão em 1612; o Tratado de Utrecht, assinado em 1713 "para prevenir toda a ocasião de discórdia que poderia haver entre os vassalos da Coroa de França e os da Coroa de Portugal [...] sobre as terras do Cabo do Norte"[10] (Guedes, 1989, p. 210).

O processo de fixação dos mazaganistas na nova vila não foi fácil, embora tenha contado com o parcial e descontínuo apoio material por parte da Coroa, como a doação de "farinha ou o equivalente, distribuiu-se-lhe uma propriedade de casas, uma espingarda e ferramentas...", as ferramentas eram machado, enxó, serra, travadeira (alicate travador), martelo, facão, tesoura, enxada, lima, verruma (para fazer furos) e faca. A farinha era distribuída por um ano depois da fixação em Nova Mazagão, e obedecia na sua distribuição o critério de idade: ¾ para as pessoas de mais de 12 anos e ½ para as pessoas que tivessem mais de 7 anos e menos

8 Os mazaganistas atravessaram o Atlântico para alcançar o porto da cidade de Belém do Grão-Pará numa imigração compulsória, ou por eles mesmos qualificada como "transportados violentamente ao referido Estado do Pará", AHU, capitania do Grão-Pará, 8 de outubro de 1778, cx. 80, doc. 6.639.

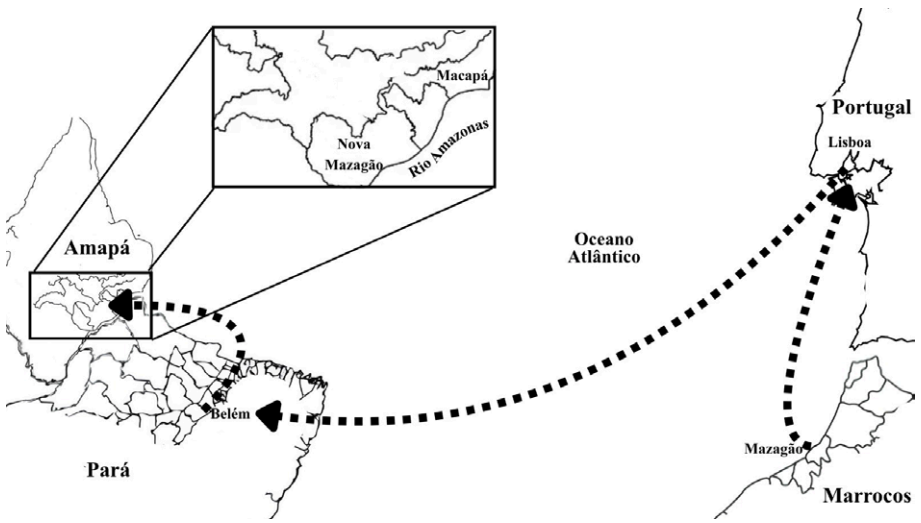
9 AHU, capitania do Pará, 5 de fevereiro de 1779, cx. 82, doc. 6.720.

10 "As terras costeiras situadas acima da margem norte do Rio Amazonas eram identificadas como "As Terras do Cabo do Norte", devido a um cabo que efetivamente existia na costa, e que fora assim batizado ainda no século XVII, estendendo-se depois a denominação a toda a região (Araújo, 1998, p. 145).

de 12, o/a "cabeça da família" e seu cônjuge recebiam ração inteira e as crianças com menos de 7 anos nada recebiam.[11] Também receberam escravizados como pagamento de dívidas que a Coroa tinha com os próprios mazaganistas em geral pelo tempo de serviço militar ainda na África, ou por consignação, que servia enquanto instrumento de endividamento desses imigrantes com a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (Vidal, 2008, p. 89).

Resumidamente, em um ano esses imigrantes foram obrigados a se deslocaram entre três continentes, e quatro localidades, enfrentaram diferentes realidades sociais, econômicas e ambientais, tiveram determinado um novo local de residência, abandonaram memórias e modos vida, e foram de "gente exercitada nos estrondos da guerra"[12] para proprietários de escravizados e plantadores de arroz. Nossa análise tem como alvo justamente os mazaganistas que se fixaram na vila de Nova Mazagão (Figura 1).

Figura 1. Deslocamentos dos mazaganistas entre os anos de 1769-1778.



Fonte: Elaboração própria.

11 AHU, Códice 1257, "Relação dos Mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

12 AHU, capitania do Pará, 8 de outubro de 1778, cx. 80, doc. 6.639.

As fontes de pesquisa

Na construção da Demografia Histórica temos o papel primordial do Cambridge Group, capitaneado pelo historiador Peter Laslett, que tinha como proposta estudar a história das estruturas familiares e dos domicílios na Inglaterra através de listagens de habitantes. Essa possibilidade de investigação sustentou nossa análise que é fundamentalmente assentada em listas nominativas. Aqui cabe a ressalva de que para além das estruturas domiciliares, temos como foco a trajetória de vida de indivíduos específicos, um diferencial em relação a proposta de Laslett, ou seja, avançamos numa análise "longitudinal" que acompanha o indivíduo ao longo do tempo; no nosso caso nos "tempos" da imigração (partidas, deslocamentos e fixações).

Avançamos sobre um conjunto de fontes históricas que nos possibilita alcançar diferentes informações e nortear a análise mais detalhada das trajetórias dos indivíduos investigados. A documentação trabalhada é fruto de valores, decisões, acertos e erros de quem as produzia, o que nos coloca limites analíticos que muitas vezes são minimizados pelo cruzamento das fontes e na consideração de meta dados. Fundamentalmente a possibilidade de comparar informações sobre um mesmo indivíduo em momentos diferentes de sua vida é por si só um instrumento de identificação e correção de informações e sub registros. Segundo Laslett, ao contrapor informações sobre a mesma pessoa em fontes diferentes, podemos minimizar as incertezas das omissões: "It is rarely possible, of course, to be certain when persons or classes of persons have been overlooked in a listing [...] But we have learnt to be suspicious of those which record no servants, orwhich yield extreme values for such variables as the sex ratio". (Laslett, 1969, p. 201).

Na tentativa de minimizar as incongruências e limites da análise, nossa decisão metodológica é trabalhar exclusivamente a partir dos domicílios da vila de Nova Mazagão, fazendo analiticamente uma investigação iniciada no destino do imigrante e retroagindo à sua origem. Depois, privilegiamos a sistematização de informações daqueles que pela própria

documentação foram classificados/das de "cabeça da família"[13] quando forem mazaganistas, ou de suas esposas no caso de serem elas as imigrantes; essa seleção marca nossos indivíduos de referência no domicílio. Concentramos a delimitação espacial à vila de Nova Mazagão, para valorizar habitações formadas a partir da chegada dos mazaganistas, um espaço essencialmente construído em interação com o processo imigratório. Isso significa, não tratar nominalmente dos/das demais mazaganistas espalhados/as pela capitania do Grão-Pará em diferentes localidades; como Belém, Ourém, Macapá e Bragança.

As opções expostas nos levaram a valorizar um corpo documental essencialmente nominativo[14] e que agrega dados sobre a mesma pessoa, família e domicílio ao longo de três momentos imigratórios: 1) durante a partida da fortaleza de Mazagão, em Marrocos; 2) no deslocamento de Lisboa para o Grão-Pará, e 3) depois de assentada na vila de Nova Mazagão, na Amazônia. A documentação utilizada foi originalmente produzida sob a tutela de administradores portugueses e preenchidas por funcionários ou párocos locais, com o objetivo de organizar as informações dos mazaganistas principalmente por ser um fluxo compulsório e financiado pela fazenda real. Obviamente não temos as mesmas possibilidades de qualificar as informações que tem a entrevista presencial, o que nos impõe a necessidade de adaptações no recolhimento e sistematização dos dados.

Para o primeiro momento imigratório, a partida da fortaleza em Marrocos com destino à Lisboa, nos apoiamos na listagem realizada durante o processo de evacuação que foi acelerado pelo cerco militar ao qual a

13 O conjunto da documentação trabalhada classifica os indivíduos ou como "chefes" ou como "cabeça da família" em relação ao domicílio, incluindo agregados e parentes colaterais. Nesse sentido, ficamos dependentes desses critérios de classificação utilizados por funcionários e párocos que preencheram as listagens – critérios nem sempre claros. O que podemos perceber é que em dadas situações a chefia é associada ao lugar de comando na família, em especial nas listas de partida de Mazagão e de Lisboa e outras situações está associada ao indivíduo referência do domicílio que fornece informações ao funcionário/pároco que preenche o "Mapa das Famílias".

14 Segundo Ginzburg o método onomástico pode ser expandido para além da reconstituição de famílias e da análise de registros paroquiais e avançar sobre fontes seriais administrativas em geral de período curto: "As linhas que convergem para o nome e que dele partem, compondo uma espécie de teia de malha fina, dão ao observador a imagem gráfica do tecido social em que o indivíduo está inserido" (Ginzburg, 1989, p. 175).

fortaleza estava submetida naquele ano de 1769: "Relação das Famílias que vieram da Praça de Mazagão". O documento era um rol detalhado daqueles/as que estavam sendo transferidos/as, no qual encontramos 2.092 nomes e mais uma criança que não foi nomeada, num total de 2.093 indivíduos arrolados. Essas pessoas estavam divididas em 426 famílias, além dos 225 indivíduos "solitários" (que não estavam agregados a nenhuma família).[15]

As informações contidas na *Relação das Famílias* não se resumiam aos nomes das pessoas em deslocamento, mas, estavam atreladas ao estado da vida do imigrante no seu lugar de partida: nome, família, grau de parentesco com o "cabeça da família", idade, estado conjugal, posição dentro do domicílio (escravizado, filho de escravizado, agregado), ofício que exercia em Mazagão e observações gerais (enjeitada, "incapaz", "veio de resgate", "uma moura", "casada com degredado", "gêmeo"). Por exemplo, Pedro da Cunha Botelho aparece na família #354, seu domicílio era composto por ele, sua esposa na época com 27 anos de idade e um filho, Salvador, com um ano de idade. A esposa trazia junto ao nome a distinção social de "Dona",[16] Dona Francisca Gonçalves da Fonseca. Pedro tinha a idade de 23 anos e exercia a função de alferes, ou seja, era militar envolvido na defesa da fortaleza.

Um dos aspectos da listagem é seu potencial de articulação com outras fontes por ser nominativa e nos permitir rastrear nomes em variados documentos, como processos inquisitoriais, habilitações da Ordem de Cristo, cartas de patente, pedidos de mercês,[17] passaportes e solicitações à Coroa;o que nos possibilita uma análise mais geral e mais detalhada da situação do imigrante e de sua família bem antes da partida para o Grão-Pará. Como no caso do alferes Manoel da Fonseca Gil, que embarcou com a esposa e a sobrinha, sendo classificado na família #350.

15 AHU, Códice 1784, "Relação das Famílias que vieram da Praça de Mazagão".

16 O termo "Dona" precedendo o nome da mulher era um atributo de distinção social, algumas imigrantes eram "Donas" já na partida de Marrocos e outras somente após a imigração, outras não ganhavam essa distinção nem depois de fixadas na Amazônia (Silva, 2002).

17 Os pedidos de mercês (1741-1769), incluindo de patentes, terras e tenças foi levantado no Instituto Arquivo Nacional Torre do Tombo (IANTT) e faz referência não apenas aos nomes das pessoas que partiam de Mazagão, mas também de seus parentes já falecidos na ocasião. Cf: IANTT, Conselho da Fazenda, n. 307.

A partir de seu nome é possível encontrar sua habilitação da Ordem de Cristo[18] e com isso saber que ele nasceu na fortaleza de Mazagão. A habilitação vincula outras informações sobre seu pai; nascido também em Mazagão, também cavaleiro da Ordem de Cristo, militar que foi capturado e enviado para a região de Mequinez, sob o domínio islâmico, onde foi executado. Ou seja, uma família que ocupou cargos militares durante anos, ganhou mercês reais por tais serviços e foi integrante da elite na fortaleza de Mazagão. Tais informações são fundamentais por nos permitir compreender a "posição" de chegada desse imigrante nas terras do Grão-Pará e identificar uma "bagagem" social fundamental no seu processo de fixação. Não estranhamos quando oito anos após sua chegada encontramos Manoel da Fonseca como juiz da vila de Nova Mazagão, nomeação que se articula com sua distinção social e trajetória militar no lugar de nascimento.

O segundo momento que focamos diz respeito a partida dos imigrantes de Lisboa rumo à Amazônia. Nesse caso, baseamos a investigação na "Lista dos Embarcados de Lisboa em 15 de setembro de 1769",[19] um anexo do documento administrativo enviado à rainha D. Maria I com o objetivo de emitir parecer sobre as reclamações feitas pelos mazaganistas que viviam na vila de Nova Mazagão. Na linha de argumentação do parecer foi anexado diferentes documentos: a listagem com o número de escravizados mortos nos domicílios de cada mazaganistas da vila; o nome e os parentesco daqueles/as que vieram de Mazagão no Marrocos e não eram naturais de lá; avaliações feitas por médico, mestre carpinteiro e mestre pedreiro sobre as condições de saúde e moradia em Nova Mazagão. Destacamos que os anexos também foram utilizados na pesquisa, seja por permitir informações mais gerais sobre a condição de vida dos imigrantes, como também por trazer informações pontuais associadas aos domicílios cujos proprietários são referidos nominalmente.

18 As Ordens Militares se inseriam naquilo chamado por Fernanda Olival de "economia da mercê", o que colocava parte da sociedade do Antigo Regime em dependência dos favores régios em troca da prestação de serviços ao rei. Ao mesmo tempo tais mercês significavam a possibilidade de ascensão social por parte de seus beneficiados (Olival, 2001). A Ordem de Cristo foi principal ordem militar durante o século XVIII, com um conjunto de investigação genealógica para habilitar o candidato.

19 Essa lista foi anexada a um vinculada num documento mais amplo, que tinha como principal objetivo manifestar as queixas dos moradores de Nova Mazagão em 1779, era um instrumento que reforçava para o governador do Grão-Pará o número e as características dos embarcados para Belém. Cf: AHU, capitania do Pará, 8 de outubro de 1778, cx. 80, doc. 6639.

Mas, retornemos a lista dos embarcados de Lisboa para a cidade de Belém. A listagem tem uma primeira divisão por embarcação: 1) Navio Santana e Nossa Senhora da Glória; 2) Navio Nossa Senhora da Conceição; 3) Navio Nossa Senhora da Purificação; 4) Navio São José; 5) Navio Mercês de Sua Majestade; 6) Navio Mercês da Companhia (Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão); 7) Navio São Francisco Xavier; 8) Paquete Santana e São Joaquim; 9) Navio Santana da Companhia (Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão), e 10) Nossa Senhora do Cabo. As dez embarcações trouxeram 1.642 passageiros, desses 646 homens e 538 mulheres com mais de 13 anos, 230 meninos e 200 meninas até 12 anos de idade – além de 28 militares.

A informação sobre o navio em que foi transportada determinado grupo domiciliar de Lisboa para Belém do Grão-Pará nos abre margem para pensarmos se o contato inicial entre famílias, durante a travessia atlântica, era uma forma de potencializar redes de apoio e sociabilidades. Por exemplo, João Gonçalves da Mota vem de Lisboa solteiro, com uma irmã, uma sobrinha e um irmão; oito anos após o desembarque em Belém, já morando na vila Nova Mazagão, aparecia casado com Maria João. Esta, por sua vez, havia partido de Lisboa como membro de uma família "chefiada" por um irmão que acabou como agregado no domicílio do cunhado (João Gonçalves). Tanto João Gonçalves como Maria João haviam sido transportados na mesma embarcação (famílias #03 e #16), navio Nossa Senhora da Conceição. Encontramos mais outros quatro casais formados por pessoas que viajaram de Lisboa para Belém na mesma embarcação, embora seja um número pequeno de casos, reforça a ideia do navio de transporte como aspecto de sociabilidade dos imigrantes e como elemento de mudança de suas "posições" logo após a chegada.

Ainda merece destaque na composição da "Lista dos Embarcados de Lisboa em 15 de setembro de 1769" a numeração na margem lateral esquerda do nome do "cabeça da família". O número é a repetição da classificação da família na listagem de partida de Mazagão para Lisboa, ou seja, um controle administrativo que buscava interagir as listagens até aqui citadas e nos permite verificar a confiabilidade das informações através do cruzamento dos documentos. Por exemplo, o primeiro navio referido é o Nossa Senhora de Santana e Nossa Senhora da Glória. Nesse navio a primeira família listada é a de Mateus Valente do Couto, cuja

numeração lateral é 1.764; esse número é referente a sua posição na listagem da partida em Marrocos.

Outro ponto, fruto do cruzamento das duas listas, é a possibilidade de enxergarmos mudança na estrutura familiar/domiciliar desses imigrantes. Voltando ao Mateus Valente, por exemplo, encontramos sua família em Mazagão na África formada por ele, sua esposa, um filho que era militar e por duas escravizadas. Quando a família parte rumo a Belém tem agregada ao seu grupo o padre frei João Valente do Couto, que em Marrocos aparecia como indivíduo solitário e com o nome de João Valente da Costa– o mesmo indivíduo com uma alteração no nome.[20] Indício do esforço de alguns imigrantes "solitários" de se agregarem a uma família como estratégia diante das incertezas advindas da chegada à terra destino.

No intuito de apresentar a base documental da pesquisa até aqui expusemos uma listagem de imigrantes mazaganistas elaborada durante a partida de Marrocos para Lisboa e outra elaborada no deslocamento de Lisboa para Belém, ambas produzidas no ano de 1769. O último grupo de fontes que sustenta nossa análise é formado por duas listas nominativas direcionadas aos domicílios de mazaganistas na vila de Nova Mazagão em 1778, ou seja, oito anos após a chegada ao Grão-Pará; revelando-nos algumas estratégias de fixação na citada vila e mudanças na estrutura domiciliar. Seguindo a influência do LAMP-ENIR aqui temos a possibilidade de valorizar analiticamente os impactos e mudanças na vida dos imigrantes durante a permanência nas cidades destinos.

Entre os documentos que utilizamos com dados sobre os mazaganistas pós fixação na Amazônia um foi produzido por Manuel da Gama Lobo de Almada, comandante da fortaleza de São José de Macapá. Essa fonte objetivava fazer a descrição das condições materiais das famílias mazaganistas residentes na vila de Nova Mazagão em 1778: "Relação dos Mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".[21] Uma listagem entremeada por adjetivos, buscando qualificar a condição de sobrevivência e da residência arrolada na documentação. As

20 Identificar a mudança de nome de um indivíduo evidencia o potencial de crítica documental a partir do cruzamento de meta dados (idade, família, parentesco, ocupação, local de partida).

21 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

informações nela contida eram variadas e divididas por domicílio, apontando a possibilidade de acessarmos informações do/da "cabeça da família" e de seu entorno. Os dados elencados na listagem são: nome dos residentes do domicílio, grau de relação entre eles e o/a "cabeça da família" e um texto descritivo intitulado "Explicação".

Vejamos um exemplo do potencial da documentação ao descrever a família #190, cujo "cabeça" era Antônio Andrade, viúvo e pai de duas filhas e um filho. Segundo a "Explicação" o "Cabeça da família faz sua lavoura pouco considerável. As filhas ajudam a casa de algum bocado de algodão que fiam. O filho tem praça de soldado na Tropa paga". Outras "Explicações" são ricas em mais detalhes, como no caso de Pedro da Cunha Botelho, família #176. Morava em Nova Mazagão com a esposa, três filhos, um cunhado e um agregado, "vive com muita pobreza", possuía dois escravizados que morreram e ainda explora os serviços de um, é alferes de cavalaria e exerceu essa mesma patente na guerra de Mazagão na África. Seu pai também estava descrito na documentação (família #175), "é homem de uma constituição robusta e em idade vigorosa, e ao mesmo tempo que seria um bom guerreiro, será sempre um mau lavrador, ainda na vila que está só da agricultura pode viver".[22]

Os dois exemplos acima nos indicam o potencial da listagem por nos conduzir entre detalhes, ora mais, ora menos, da vida material do domicílio na vila de Nova Mazagão e da própria trajetória do "cabeça da família", incluindo muitas vezes alusão a debilidade econômica da família e as múltiplas ocupações que marcam aquele domicílio. Ao mesmo tempo é explicitado uma mudança na trajetória do/da "cabeça" em relação ao local de onde partiu, como no caso de um homem talhado na guerra contra o Islã no deserto de Marrocos e que apresentava dificuldades de se dedicar ao cultivo da terra nas fronteiras amazônicas. As mudanças muitas vezes ficam mais evidentes quando cruzamos essa fonte com a listagem das pessoas que deixaram a fortaleza de Mazagão no ano de 1769 (fonte descrita anteriormente). Como no caso de Pedro Botelho, que nos revela um domicílio inicial composto por ele, sua esposa e um filho com a idade de um ano; em 1778 o domicílio foi ampliado, apesar do falecimento do primeiro filho que foi numericamente "reposto" pelo nascimento de

22 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

uma nova prole em Nova Mazagão. Os pais de Pedro Botelho deixam o domicílio, provavelmente falecidos, mas à casa na Amazônia é agregado um cunhado. Observamos um complexo movimento de restruturação de parte dos domicílios, marcados por mortes e nascimentos, por casamentos, por necessidades materiais e rearranjos familiares.

Agora passaremos apresentar outra fonte relacionada a fixação dos mazaganistas, e diretamente articulada à anterior (articulação que permite a compreensão dos limites de ambas), o "Mapa das Famílias das Capitanias do Grão-Pará e Rio Negro"[23] feito sob as ordens do governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão, João Pereira Caldas, entre os anos de 1778-1781 e com a intenção de ser um levantamento mais detalhado da população e dos domicílios das duas capitanias. O que nos permite de imediato comparar aspectos demográficos de uma vila essencialmente composta por imigrantes mazaganistas com as demais vilas da capitania na qual se inseria.

As informações contidas no "Mapa das Famílias" são orientadas primordialmente para o detalhamento do domicílio, cuja divisão inicial é por vila ou freguesia na totalização de 63 localidades na capitania do Grão-Pará. Na primeira parte da listagem temos informações voltadas ao/a "cabeça da família", seguindo duas numerações que correm em paralelo: uma para os domicílios onde o "cabeça da família" é homem e outra para as "cabeças" que são mulheres. Mais informações são: nome do/da "cabeça"; seguido de um maior detalhamento da localização do domicílio dentro da vila (no centro, em ilhas, mais ao interior); "qualidade" do/da "cabeça da família", ou seja sua definição étnico/racial (preto, mulato, mameluco, branco, índio, cafuzo, forro);[24] depois temos seu estado conjugal" (casado/a, solteiro/a, viúvo/a ou clérigo secular); seguido do "emprego", ou seja, função relacionada a Coroa ou a Igreja (soldado, alferes, fiel da fazenda, padre, capitão auxiliar ...) e por último estava sua ocupação profissional (pedreiro, barbeiro, lavrador, cirurgião...).

23 AHU, capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

24 Apesar da variedade de origens que compunham os habitantes da fortaleza de Mazagão, como exposto anteriormente, na classificação do Mapa das Famílias de 1778 todos os "cabeças" foram apontados como "branco" ou "branca", mesmo Antônio Rego que era de origem "maometana", o que nos leva a problematizar se aos olhos da administração lusitana esse processo imigratório também foi um processo de "branqueamento" – o que numa sociedade estamental escravagista e racializada é uma ascensão social.

A segunda parte do "Mapa das Famílias" era voltada a estrutura domiciliar, quantificando os parentes, agregados e escravizados do domicílio, distinguindo o sexo e a faixa etária (menor e adulto). Por último havia a discriminação da "possibilidade" do/da "cabeça" (rico, mediano, pobre) muitas vezes acrescidas de rápidas observações "Rico e bem aplicado a agricultura", no caso de Nova Mazagão a "qualidade" não era referida, apenas se fazia observações, como por exemplo; "De pouca possibilidade e nenhuma aplicação" ou "Apurou de sua lavoura 64$000r em que entraram 100 alqueires de arroz" ou "Trabalhou pouco pelo ofício de calafate".[25]

Para além das fontes aqui referidas, utilizamos outro conjunto significativo e variado de documentos que são recolhidos a partir do nome do investigado, na tentativa de melhor compreender seu *Life Course* e possibilitar ampliar a análise longitudinal. Ao mesmo tempo avançamos no sentido de construir bases de dados criadas a partir das listagens citadas, o que nos permite preencher questionários relacionados a cada indivíduo referência do domicílio investigado.

Questionários feitos com os mortos

A partir das fontes históricas acima apresentadas avançamos na composição de diferentes bases de dados, que seriam o ponto fulcral da análise quando associadas às trajetórias de vida. Efetivamente avançamos sobre os domicílios e seus respectivos indivíduos de referência da vila de Nova Mazagão elencados no "Mapa das Famílias das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro".[26] Num jogo de imaginação histórica é possível nos percebermos entrando nas casas dos mazaganistas na Amazônia fazendo perguntas aos imigrantes para preencher questionários, cada domicílio/indivíduo referência vira alvo de um conjunto de questões. Assim, após percorrermos os 310 domicílios "conversando" com uma pessoa por casa e recolhendo informações pertinentes ora ao/a "entrevistado/a" ora ao seu grupo de convívio doméstico, construímos um repositório de informações evidenciando um panorama mais abrangente do processo imigratório em foco, como também das suas especificidades. E quais seriam os conteúdos dos "questionários com os mortos"?

25 AHU, capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

26 AHU, capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

Temos questionários sobre a trajetória do indivíduo referência, com dados gerais como o nome, o gênero, a idade que tinha no ano de 1778, seu local de nascimento (quando possível), ofício que exercia na vila destino e dados sobre sua "possibilidade". Como exemplo podemos citar Francisco Xavier da Costa, com 76 anos de idade e nascido nos Açores, em Nova Mazagão trabalhava na agricultura "sustenta-se de sua lavoura pouco considerável",[27] mas em Marrocos era soldado. Não agregou nenhum parente a casa depois da travessia atlântica, morando tanto na África quanto na Amazônia apenas com a esposa de 57 anos de idade, o domicílio foi expandido em número de pessoas que o habitava a partir da incorporação de 03 escravizados.

Outro questionário é voltado para quais listas e momentos do processo migratório o nome da pessoa de referência aparece, assim podemos acompanhá-la partindo de Marrocos, passando por Lisboa, depois chegando ao Grão-Pará e por último fixado em Nova Mazagão – informações importantes para a construção das trajetórias e compreensão das mudanças de "posição". Ao mesmo tempo serve para nos certificarmos de quais indivíduos eram imigrantes, casos como de José Fonseca Cabral Mesquita que aparece somente no "Mapa das Famílias das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro" são excluídos da análise por não termos indícios de serem mazaganistas – outros 32 domicílios de Nova Mazagão foram desconsiderados.

Também preenchemos questionários sobre os residentes na casa; trabalhamos com o tamanho do domicílio em Marrocos, durante a travessia para Belém e depois já na vila de Nova Mazagão. Descrevemos nominalmente o grupo de convívio do indivíduo referência nos três momentos analisados e sua "posição" na família em cada momento da imigração. Ou seja, quem vinha com ele durante o deslocamento e se ele sempre foi o/a "cabeça da família" ou em que momento se tornou, além disso podemos visualizar a formação de diferentes domicílios a partir de uma única família que se deslocou de Marrocos. Dos 277 domicílios onde o/a "cabeça da família" era certamente mazaganista, 52 (19 %) eram filhos/as família em Marrocos; indicativo de uma mobilidade na "posição" dentro do grupo familiar.

27 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

João Costa, exemplificando, embarcou em Marrocos com 26 anos de idade e na família onde sua mãe, a viúva Rosa Maria de Sousa era a "chefe" num domicílio composto por 04 pessoas. Anos depois, em 1778, ele aparecia em Nova Mazagão na posição de "cabeça da família" num domicílio expandido para 10 pessoas. Em Marrocos morava ele, sua mãe, uma irmã e um sobrinho, provavelmente filho ilegítimo da irmã. Na Amazônia sua casa era composta pela esposa, dois enteados, uma enteada, dois filhos, dois escravizados e o sobrinho que era o único remanescente da família original. Identificamos a partir desses dados não apenas a mudança de "posição" de filho para "chefe", mas também de solteiro para casado, para pai e padrasto, do casamento com uma viúva, além de tornar-se proprietário de escravizados e trabalhar com lavoura.

No questionário conjugal temos o status matrimonial em Marrocos, o nome e a idade do/da cônjuge; essas informações se repetem para a partida de Lisboa e mais uma vez para a situação conjugal na vila de Nova Mazagão. Antônio Valente Cordeiro, por exemplo, partiu de Marrocos solteiro e como filho família, em Nova Mazagão aparece como homem casado com Dona Maria José e pai de Dona Bárbara Maria, possuía "três quartos de uma casa de morada" que era herança da esposa e 05 escravizados. A atividade econômica do domicílio era a lavoura e o fiar, ambos feitos por seus escravizados, na "Explicação" feita de seu domicílio, Antônio Valente foi taxado como "homem muito moço e de boa constituição, é naturalmente preguiçoso e por isso lavrador de poucas esperanças".[28]

Há também o questionário da trajetória laboral direcionado para os ofícios associados ao indivíduo em diferentes momentos do movimento imigratório. Elemento essencial para a compreensão do processo de adaptação que os imigrantes sofreram durante o deslocamento, das dificuldades enfrentadas e dos desdobramentos de sair de uma fortaleza militar no norte da África próxima ao deserto e a beira do Oceano Atlântico para viver numa vila encravada na Amazônia. Tais informações laborais permitem uma melhor reflexão acerca dos impactos econômicos do deslocamento na vida dos imigrantes, principalmente quando cruzadas com dados sobre posse de escravizados. Os dados apontam para a reconfiguração de uma sociedade pautada por ações militares

28 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

para uma nova organização sedimentada na exploração agrícola e do trabalho escravo. Cosme Domingues foi um dos indivíduos que mudou de ocupação se adaptando à nova realidade econômica e natural que se inseria; na fortaleza lusitana era membro da cavalaria, força importante para defesa dos muros e no ataque das comunidades islamizadas mais próximas à fortaleza. Na Amazônia passou a viver da agricultura onde apurou no ano de 1778 a quantia de 42$600 (lavoura de pouca monta)[29] e "sustenta a sua casa do que ganha em uma canoa em que resgata alguns gêneros das Aldeias para vender nas vilas",[30] trocou a guerra pela agricultura e comércio, trocou o contato com populações islamizadas pelo contato com populações indígenas, trocou o cavalo pela canoa, trocou os caminhos arenosos por caminhos fluviais.

Considerando tratar-se de uma sociedade escravagista, temos um questionário para análise do plantel de escravizados dos domicílios de mazaganistas em Marrocos e na vila de Nova Mazagão, aqui as informações são fundamentalmente numéricas, mas, podem ser mais bem detalhadas através de outros documentos paralelos e voltados não apenas para indivíduos como também para a compreensão geral da economia da vila – por exemplo, apontando o estado de endividamento desses mazaganistas pela aquisição de escravizados. No geral observamos que na condição de escravizados entre as 2.093 pessoas que partiram da fortaleza encontramos 49 indivíduos (2 % do total de embarcados), plantel pouco expressivo quando consideramos os 395 cativos (22 % da população total da vila) que os mazaganistas possuíam em Nova Mazagão. Outro ponto de reflexão é que tanto mazaganistas como escravizados vieram da África a partir de um deslocamento compulsório, mas que gestou condições extremamente diferentes no processo de fixação e na própria qualificação social dos indivíduos; embora não seja exagero imaginarmos que os dois grupos deslocados queriam "fugir" da vila de Nova Mazagão.

E por último, temos o questionário exclusivo sobre distinção social do indivíduo referência, tendo como fio condutor a comparação entre o momento da partida da África e da fixação no Grão-Pará, tratamos aqui

29 AHU, capitania do Grão-Pará, 22 de junho de 1785, cx. 94, doc. 7509.

30 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

basicamente da distinção de "Dona" para as mulheres e da habilitação na Ordem de Cristo para os homens – devemos destacar que numa sociedade do Antigo Regime o processo de distinção social é marcado pelo acúmulo de títulos e de mercês reais. Para as mulheres observamos que das 33 "cabeça da família" em Nova Mazagão que eram classificadas como "Dona" 17 não tiveram essa classificação em Marrocos, um indicativo do processo imigratório favorecer a ascensão social (e não necessariamente econômica) dessas mulheres.

No caso dos homens, a identificação é mais difícil, pois precisamos ter a data da habilitação, o que nos fez procurar nome por nome entre os habilitados da Ordem de Cristo em todo Império lusitano. Encontramos entre os "cabeça da família" homens 19 cavaleiros da Ordem de Cristo, dos que conseguimos obter a data da habilitação, ou seja, 11 indivíduos, 7 obtiveram a mercê antes da evacuação em Marrocos e 1 antes de 1778 (data final de nossa pesquisa), os demais se habilitaram nos anos de 1779, 1785 e 1786. O único habilitado dentro do escopo cronológico da pesquisa chama-se Luís Valente Barreto, filho de Dona Leonor da Cunha, irmão de Dona Mariana de Azevedo e sobrinho do Provedor da Fazenda de Mazagão. Foi caracterizado como "soldado de bom serviço na guerra de Mazagão" e ficou cativo dos "mouros" por cinco meses.[31] Os pais e avós de Luís Valente eram nascidos em Mazagão, e o pai e o avô materno eram cavaleiros da Ordem de Cristo.[32] Apesar da fragilidade dos dados, eles nos possibilitam pelo menos gestar um problema de pesquisa: dentro dos elementos de distinção social o deslocamento masculino para Amazônia facilitou uma mudança de "posição"?

Assim, a somatória dos questionários com os indivíduos referência dos domicílios nos permite percebê-los em movimentos sociais, se adaptando e recriando suas vidas diante das incertezas da imigração. As informações são pertinentes e qualificadas por evidenciarem várias facetas dessas pessoas e pontuarem como os momentos de deslocamento e de fixação são situações de "transição" para mudanças de "posição" – um mergulho no *Life Course* através da "etnoencuesta".

31 AHU, Códice 1257, "Relação dos mazaganistas estabelecidos na Vila Nova de Mazagão e suas vizinhas".

32 IANTT, MCO-A-C-002-010-0010-00011.

Um exercício de análise

Até aqui apontamos a definição teórica e metodológica da pesquisa, apresentamos nosso objeto de investigação situando o grupo social (mazaganistas), o tempo (1769-1778) e o espaço (vila Nova Mazagão) da investigação. Nessa seção iremos fazer um exercício analítico com a intensão de exemplificar o potencial e os limites da proposta, seguindo um recorte que irá priorizar mulheres mazaganistas que residiam na Amazônia e eram "cabeça da família", rastreando suas "posições" em Marrocos durante a evacuação da fortaleza e suas "transições" após a fixação na vila amazônica.

A vila de Nova Mazagão era composta por 310 domicílios, segundo o Mapa das Famílias das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro. Cruzando os nomes dos/das "cabeças da família" da vila com os nomes dos embarcados em Marrocos e/ou em Lisboa reduzimos o grupo para 277 casas cujo indivíduo de referência era certamente imigrante – 90 % dos domicílios da vila. Um primeiro movimento de pesquisa que nos assegura trabalhar com conjunto de informações associadas diretamente aos mazaganistas, dos quais selecionamos 39 domicílios. Neles tivemos a possibilidade de ter como indivíduo de referência mulheres mazaganistas que apareciam como "cabeça da família". Ou seja, considerando o total de 275 domicílios "chefiados" por mazaganistas,[33] temos um percentual de 14 % das casas com mulheres qualificadas como "cabeça da família", um percentual abaixo da média da capitania do Grão-Pará que era de 17 %, podendo chegar a 24 % em localidade com configuração mais urbana. Mas, muito próximo do percentual de domicílios chefiados por mulheres na fortaleza em Marrocos, 13 %.

Tanto na fortaleza quanto na vila o comando associado à mulher era atrelado ao estado conjugal de viuvez; em Marrocos das 48 mulheres "chefes" e com a conjugalidade declarada, 47 eram viúvas, e no caso de Nova Mazagão todas tinham seus esposos falecidos. Evidenciando, pelo menos para efeito da classificação formulada por administradores da Coroa – seja na África ou na Amazônia – que o comando da casa por mulheres

33 Outros dois domicílios tinham como referência mulheres mazaganistas, mas essas não apareciam como "cabeça da família", era o caso de Águeda Estrela e de Ana Rosa ambas se casaram na cidade de Belém do Grão-Pará.

estava atrelado a ausência de marido e ao estado de viuvez, em outras localidades do Grão-Pará é possível encontrarmos domicílios chefiados por mulheres solteiras e um número reduzido por mulheres casadas. Para efeito de comparação na cidade de Belém poderíamos encontrar 256 domicílios chefiados por mulheres solteiras e 20 por casadas, contra os 136 domicílios chefiados por viúvas. Um perfil significativamente diferente de Nova Mazagão e um indicativo do arranjo entre "posições" diferentes, "chefia feminina" e viuvez, na composição dos domicílios mazaganistas.

Outro elemento que pode ser problematizado é o fato das mulheres "cabeças da família" estabelecerem relações com diferentes domicílios, baseadas na montagem de rede de apoio familiar. No "Mapa das Famílias das capitanias do Grão-Pará e Rio Negro" de 1778, Catarina dos Santos, por exemplo, aparece na vila de Nova Mazagão chefiando um domicílio composto por ela e por um parente masculino, não detalhado. Não foi declarada nenhum ofício seu, e apontado que sua renda era muito reduzida: "De pouca possibilidade e nenhuma aplicação". Mas, avançando na investigação e trabalhando com a documentação que dava uma "Explicação" sobre cada domicílio mazaganista, encontramos o fato do parente ser um filho com deficiência física na perna e aprendiz de sapateiro. Também descobrimos que parte do sustento de Catarina era garantido por um genro (carpinteiro) casado com uma filha que veio de Marrocos, Maria Pereira que de lá saiu com 11 anos de idade, e que se casou no Grão-Pará com um não mazaganista. Catarina também obtinha renda através do seu próprio trabalho "de algum bocado de algodão que fia". Era casada em Marrocos, seu marido um militar da cavalaria que faleceu entre Lisboa e a Amazônia. Como apoio para a travessia transatlântica ela, seu filho e uma filha se agregaram à família de um irmão chamado Manoel Luz, formando um grupo extenso, incluindo o pai mais velho. Depois da fixação na vila de Nova Mazagão a família se dividiu por domicílios diferentes, mesmo assim continuou estabelecendo relações de aporte econômico que uniam o grupo.

Nos atendo somente as 39 mulheres que eram "cabeça da família" e mazaganistas na vila de Nova Mazagão observamos a dificuldade de mudança de "posição" de solteira ou viúva em Marrocos, para casada na Amazônia. Das duas que aparecem como solteiras em Marrocos, uma se casou em Lisboa (no curto período de permanência desses mazaganistas

em Portugal) e outra em Belém do Grão-Pará; uma tinha 22 e outra 21 anos de idade no ano de 1778. Ambas figuravam em seus respectivos domicílios em Marrocos na condição de filhas. Das 13 mulheres viúvas em Marrocos, 3 não tiveram seu estado conjugal informado em Lisboa e 1 se casou na cidade portuguesa. Nove anos depois, incluindo a casada em Lisboa, todas apareceriam como viúvas em Nova Mazagão evidenciando a dificuldade e resistência na mudança de estado conjugal, principalmente quando consideramos a média de idade dessas mulheres: 47 anos, o que era mais um fator a ser ponderado para uma possível segunda núpcias. Catarina Santos, por exemplo, enviuvou com 45 anos e ainda aparecia como viúva em Nova Mazagão com 54 anos de idade.

A "posição das mulheres dentro da família" sofreu mudanças quando selecionamos as mulheres "cabeça da família" em Nova Mazagão. Considerando 39 delas, observamos que 12 eram "chefes" durante a partida de Marrocos e continuaram como tal em Nova Mazagão. Entre as 24 mulheres que figuravam como "esposa" na África houve mudança para as "posições" de viúva e de "chefe", um número significativo por apontar que mais da metade das mulheres "cabeça da família" na vila amazônica mudou de posição após o processo imigratório; incluindo também a morte do marido e seu posicionamento como viúva. Mais uma vez o caso de Catarina Santos nos instiga a percepção dessas mudanças, em especial pelo fato de assumir diferentes posições no próprio processo imigratório: em Marrocos figura como esposa, na travessia atlântica aparece como irmã do "cabeça da família" e em Nova Mazagão é a "cabeça da família" responsável por seu domicílio.

Em relação ao tamanho do grupo de convívio houve uma mudança entre os domicílios das mazaganistas "cabeça da família" em Marrocos para Nova Mazagão. Em média na África a casa dessas mulheres era composta por 5 pessoas, já na Amazônia esse número médio era de 4 pessoas. Aparentemente essa redução é pouco significativa, mas se considerarmos que esse número comporta os escravizados, acrescidos pós chegada à Amazônia, vemos que houve uma retração na própria composição dos parentes e agregados. E mais, merece ser ressaltada as dificuldades de um domicílio reduzido numa vila que essencialmente vive da agricultura e do extrativismo, ou seja, de atividades braçais em tarefas de plantio, de caça, de pesca e de navegação que eram fundamentais no cotidiano da Amazônia.

E para termos de comparação, quando pegamos os domicílios chefiados por homens imigrantes encontramos um movimento contrário; o número médio de pessoas por casa aumentou. Em Marrocos era de 4 pessoas e em Nova Mazagão era de 5, incluindo os escravizados. Na prática a imigração para a Amazônia significou para essas mulheres uma existência em casas com menos pessoas e uma maior necessidade de trabalhos braçais, diferente da vida na fortaleza em Marrocos onde parte do cotidiano era voltado para atividades de guerra e muitas vezes a própria alimentação dos moradores era financiada pela Coroa portuguesa (por exemplo com a importação custeada de trigo vindo dos Açores).

O irmão de Catarina dos Santos, Miguel da Luz tinha um domicílio em Marrocos composto por ele e sua esposa. Na travessia para o Grão-Pará em função das incertezas inerentes ao deslocamento compulsório e no sentido de autoproteção o grupo foi expandido, agregando sua irmã, duas sobrinhas, um sobrinho e o pai idoso (na ocasião com 68 anos). No Grão-Pará o grupo se fragmentou, uma das sobrinhas se casou e foi residir junto ao marido e sua irmã passou a viver com o filho. No entanto a casa de Miguel da Luz cresceu quanto ao número original de pessoas, pois além da esposa, passaram a viver com ele uma filha nascida já na Amazônia e dois escravizados. Sua roça era "pouco considerável", mas lhe rendia anualmente 52$000, por exemplo, no caso de Catarina Santos seu rendimento era tão pouco que não foi quantificado.

Além da mudança no número de pessoas dessas casas, também podemos encontrar outra alteração mais significativa: a presença de escravizados e a construção de uma sociedade iminentemente escravagista. Ainda em Marrocos dos 49 escravizados apenas 5 estavam distribuídos pelos 39 domicílios das mazaganistas que iriam chefiar famílias na Nova Mazagão; sendo essa condição social e exploração da força de trabalho pouco expressiva na composição da população da fortaleza marroquina. Entretanto, anos depois da evacuação da fortaleza e já fixados na Amazônia, essas mesmas mulheres assistiram um crescimento substancial de escravizados em suas casas, o número foi ampliado para 54 escravizados sob a posse de mulheres mazaganistas "cabeça da família". Efetivamente uma nova "posição" se fortaleceu nesse processo imigratório, a figura da mulher proprietária de escravizado.

A tradução dessa mudança emerge ao considerarmos os domicílios chefiados por mulheres mazaganistas em Nova Mazagão onde a atividade laboral da "cabeça" foi referida, 32 indivíduos. Desse número 12 foram declaradas como mulheres que dependiam diretamente do "ganho de escravizados", ou seja, de trabalhos pontuais e aluguéis dos braços desses trabalhadores/as cativos/as. Outras 11 "cabeças" tinham como principal atividade econômica a agricultura, o que infere a dependência da mão de obra cativa para efetivar o plantio e a colheita, como também no preparo do solo. A tecelagem se fortalecia como segunda atividade mais importante para essas mulheres, em alguns casos articulada com o "ganho de escravos" (2 casos), com a lavoura (1 caso) e com o recebimento de esmolas (1 caso). Dois domicílios foram declarados como dependentes exclusivos de "esmolas". Não nos foi informada as atividades que tais mulheres exerciam em Marrocos, contudo a historiografia aponta que o pouco que se plantava fora das muralhas da fortaleza de Mazagão era substancialmente feito por homens (degredados) e não houve referência a "esmolas".[34]

A breve análise proposta evidencia uma mudança significativa na vida das mulheres "cabeça das famílias" em Nova Mazagão, destacando um conjunto de novas demandas impostas, mudanças de "posições" e diferenças não apenas em relação as suas vidas em Marrocos, mas também em relação aos homens mazaganistas e as "posições" de outras mulheres em outras localidades da capitania do Grão-Pará. Tal perspectiva reforça a importância das fontes de pesquisa exploradas e a maneira com que foram metodologicamente organizadas.

Considerações finais

Não foi nossa pretensão apresentar uma nova metodologia para a História Social da População – longe disso. Entretanto, tivemos a intenção de compartilhar nosso caminho de investigação adequado ao objeto que elegemos e às fontes históricas acessíveis à pesquisa. Para isso a metodologia aqui utilizada balizou a compreensão de diferentes fatores

34 O trabalho no exterior das muralhas da fortaleza dedicado a uma reduzida agricultura e coleta de lenha, cujo serviço era feito "geralmente [por] degredados, condenados que expiavam os seus crimes nos territórios do Além-Mar [...] era normalmente a única forma que tinham de ganhar algum dinheiro, já que era uma actividade muito arriscada e bem paga" (Paula, 2025).

que marcaram o deslocamento de 2.093 pessoas que foram obrigadas a deixarem suas casas na fortaleza portuguesa de Mazagão em Marrocos e em menos de um ano, 1769-1770, passaram por Lisboa e depois cruzaram o Atlântico rumo a Amazônia. Nesse deslocamento, marcadores sociais e agências pontuaram possibilidades de inserção e fixação no destino final desses imigrantes.

A análise nos possibilitou a compreensão da mudança, ou mudanças, na organização social e econômica desse grupo; que deixou de ter a guerra como principal atividade e passou a ter um novo horizonte baseado na agricultura, no extrativismo, no comércio, na tecelagem e na exploração da mão-de-obra escravizada. Ao cruzar o oceano essas pessoas se depararam com novas realidades naturais e tiveram que criar mecanismos de adaptação e sociabilidade. Ao ter como protagonista da pesquisa as trajetórias individuais foi nos dada a possibilidade de compreender diversificadas estratégias e agências desses imigrantes, e ao mesmo tempo valorizar o impacto de marcadores sociais da diferença como gênero, geração, ocupação e posição no grupo familiar.

A proposta aqui apresentada valoriza o diálogo entre o presente e passado, um diálogo metodológico e político, numa relação tensionada de diferentes maneiras. Algumas vezes o presente apresenta perguntas ao passado, busca no passado uma capacidade de compreensão de si mesmo. Num jogo de espelhos os processos imigratórios atuais que lidam com um conjunto de dificuldades, seja por ações xenofóbicas mais gerais ou por empreitadas institucionais de segregação através de polícias imigratórias, como o ICE, encontram no passado a possibilidade de compreensão de outros dramas migratórios e o reconhecimento que a imigração não tem impacto igual entre homens e mulheres, livres e escravizados, elites e pobres. E é exatamente isso que a análise do fluxo imigratório mazaganista nos mostra. Por outro lado, do presente vem a possibilidade de se explorar uma metodologia de pesquisa fundamentada no trato com o imigrante no lugar destino e no domicílio (LAMP-ENIR). Essa lição nos foi muito importante e nos lançou no desafio acima exposto: tratar os mortos como vivos fossem, pois, suas vidas não merecem ser esquecidas e muito têm a nos ensinar.

O caminho aqui percorrido agrega um conjunto variado de fontes históricas de pesquisa, tendo como fio condutor o nome do indivíduo. Esse fio

condutor, ou como chama Ginzburg (1989), esse fio de Ariadne, permite-nos enxergar o/a imigrante em momentos diferentes do deslocamento e em diferentes relações familiares. A base da pesquisa é sedimentada num corpo documental administrativo forjado pela Coroa lusitana, mas que ao mesmo tempo cria brechas para percebermos os limites do alcance do rei e dos seus administradores ultramarinos, bem como a compreensão de diferentes agentes coloniais interagindo em variados momentos e acionando marcadores sociais múltiplos. A sistematização das informações dos indivíduos em base de dados e a valorização de seus *Life Courses* nos permite vislumbrar uma sociedade marcada pela diferença, onde a ideia de uma população homogênea na Amazônia é fragmentada por histórias de indivíduos imigrantes, o eixo analítico passa a valorizar uma escala menor e nos apresentar uma porta de acesso para engrenagens de colonização que envolviam demandas macropolíticas – mas, não se resumiam a elas. Aqui, os/as protagonistas da História não são apenas membros de uma elite que atravessou o oceano e ... nem são anônimos/as.

Referências

Araújo, Renata Malcher (1998). *As Cidades da Amazônia no século XVIII Belém, Macapá e Mazagão*. Universidade do Porto. Porto: FAUP.

Costa, João Paulo Oliveira (2014). *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: Bertrand.

Ginzburg, Carlo (1989). *A Micro-História e Outros Ensaios*. Lisboa: Difel.

Guedes, Max Justo (1989). Os limites territoriais do Brasil a noroeste e a norte. Em Rafael Moreira e Luís de Albuquerque (cols.). *Portugal no mundo: a decadência do Império Português. A recuperação possível. O imperialismo português no Brasil nos séculos XVIII-XIX*, (vol. 5, pp. 202-228). Lisboa: Publicações Alfa.

Hourani, Alber (1994). *História dos Povos Árabes*. São Paulo: Cia. das Letras.

Kok, Jan (2007). Principles and Prospects of the life Course Paradigm. *Annales de Demographie Historique*, (1), 203-230. https://doi.org/10.3917/adh.113.0203

Laslett, Peter (1969). Size and Structure of the Household in England Over Three Centuries, *Population Studies*, *23*(2) (july), 199-223. https://doi.org/10.1080/00324728.1969.10405278

Moura Filho, Heitor (2015). Métodos em Demografia Históricas. *Revista Mosaico*, *6*(2) (jul/dez), 29-39. https://doi.org/10.21727/rm.v6i2.137

Nájera, Jéssica (2025). Venezolanos en Costa Rica: entre el tránsito y el establecimiento. La Etnoencuesta de inmigración reciente como aporte metodológico para el estudio de la migración en países de llegada. *Encartes*, *8*(15) (marzo-agosto), 11-38. https://doi.org/10.29340/en.v8n15.398

Olival, Fernanda (2001). *As ordens militares e o estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789).* Lisboa: Estar Editora.

Paula, Frederico Mendes (2025). Histórias de Portugal em Marrocos. Em *Histórias de Portugal em Marrocos | sobre Património, História e outras histórias. Blogue de Frederico Mendes Paula*. https://historiasdeportugalemarrocos.com

Scott, Ana Silvia Volpi (2013). A Historiografia do Cambridge Group: contribuições ao estudo da população, da família e do grupo doméstico. *Revista Estudos Amazônicos IX*(1), 1-31. https://gpruma.ufpa.br/publicacoes

Silva, Maria Beatriz Nizza (2002). *Donas e plebeias na sociedade colonial*. Lisboa: Editorial Estampa.

Vidal, Laurent (2008). *Mazagão: a cidade que atravessou o Atlântico*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.